

Querem mesmo renegociar?

Ao que parece, a equipe econômica do governo vem empregando duas linguagens bastante diferentes: uma, quando fora do País, intenta seduzir a comunidade financeira internacional. Outra, no Brasil, quando procura demonstrar que não pretendemos fazer concessões aos credores e organismos do Exterior. Tal ambigüidade não deixa de criar certo mal-estar e, seguramente, não ilude os banqueiros internacionais.

A ministra Zélia Cardoso de Mello que, na sua estada em Washington, se mostrara muito acessível, chegando a anunciar que havia decidido modificar o estatuto da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que já se encontrava no Brasil, reconhecendo-lhe o direito de iniciar o processo de negociação para obtenção de um crédito stand by, mudou de tom ao regressar ao País: dá agora a impressão de que não aceitaremos discutir com o organis-

mo internacional metas quantitativas. Apesar da boa vontade manifestada pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus (o "open mind" a que se refere a ministra da Economia), sabemos que em caso algum conseguiremos um crédito stand by sem nos comprometermos com tais metas. Se pretendemos apenas que a missão do FMI que está no Brasil reconheça que o governo procurou fazer algo, embora sem resultados, não precisamos dizer que aqui veio para negociar um stand by.

No passado, o ex-ministro Antônio Delfim Netto sabia, habilmente, utilizar-se dos relatórios rotineiros da instituição para justificar sua política econômica. O diretor-gerente do FMI respondeu antecipadamente a nossa ministra ao declarar aos jornalistas franceses: "Se o Brasil fosse bem-administrado durante três anos, ninguém mais ouviria falar da sua dívida externa".

Fato que nos parece ainda

mais grave é a atitude do embaixador Jório Dauster de não querer perder sua reputação de negociador profissional. Não bastasse ter despendido mais de seis meses para renegociar a questão dos juros atrasados, o embaixador insiste em declarar que nada mudou nesse campo na tática do Brasil.

Contradizendo a própria ministra, considera que não há nenhuma novidade no fato de empreender uma negociação com os bancos e simultaneamente com o FMI, o que sempre havia sido previsto em negação à realidade...

Nosso negociador, seguindo desta feita a ministra da Economia, condena qualquer acordo com o organismo internacional que envolva metas quantitativas, sendo porém ainda mais grave o seu apego à famosa tese da capacidade de pagamento, que pretende seguir na negociação do principal da dívida com os bancos. Se por capacidade de paga-

mento se entende que não poderemos pagar mais do que o permite a situação de nosso balanço de pagamentos, não existe problema. Sabem perfeitamente os credores que não podemos emitir dólares... Porém, essa capacidade, nos termos definidos pelo Planalto, já foi claramente recusada pelos bancos: dependeria de um superávit primário durante 45 anos, superávit dependente de decisões internas num país em que os governos não respeitam os compromissos dos seus antecessores.

Continuar falando em bônus de 45 anos é desejar realmente uma recusa dos credores, antes mesmo que se inicie a renegociação. Quanto à opção de uma redução da dívida externa, basta ao Brasil a leitura do último comunicado do G-7 para saber que essa será ainda menos aceita pelos bancos. Tudo somado dá a impressão de que o nosso negociador não deseja, na realidade, renegociar...